

# Águas de Matão S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018 e 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório de revisão dos auditores independentes</b>	<b>3</b>
<b>Balço patrimonial</b>	<b>5</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Diretores e Acionistas da  
**Águas de Matão S.A.**  
Matão - SP

Revisamos as demonstrações financeiras da Águas de Matão S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.



### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações financeiras não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Matão S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 31 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo  
Contador CRC 1SP160482/O-6

Daniel A. da S. Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

## Águas de Matão S.A.

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2018	2017	Passivos	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	279	606	Fornecedores e empreiteiros	10	3.095	2.524
Aplicações financeiras	5	1.245	23.305	Empréstimos e debêntures	11	5.685	4.930
Contas a receber de clientes	6	9.594	6.267	Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.183	1.011
Impostos a recuperar		1.241	144	Obrigações fiscais		196	200
Instrumentos financeiros derivativos	20	742	-	Imposto de renda e contribuição social		-	68
Outros créditos		177	100	Instrumentos financeiros derivativos	20	-	895
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>13.278</b>	<b>30.422</b>	Outras contas a pagar		315	123
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>10.474</b>	<b>9.751</b>
Contas a receber de clientes	6	2.571	2.316	Empréstimos e debêntures	11	38.926	48.829
Ativo fiscal diferido	19	3.723	3.690	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	8.550	7.188
Depósitos judiciais	13	123	145	Provisão para contingências	13	320	272
Instrumentos financeiros derivativos	20	5.085	-	Instrumentos financeiros derivativos	20	-	134
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>11.502</b>	<b>6.151</b>	Outras contas a pagar		554	554
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>48.350</b>	<b>56.977</b>
Ativo da concessão	7	3.973	-	<b>Patrimônio líquido</b>	14		
Intangível	8	57.622	56.718	Capital social		37.433	37.433
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>73.097</b>	<b>62.869</b>	Ajuste de avaliação patrimonial		(449)	(571)
				Prejuízos acumulados		(9.433)	(10.299)
				<b>Patrimônio líquido</b>		<b>27.551</b>	<b>26.563</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>58.824</b>	<b>66.728</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>86.375</b>	<b>93.291</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>86.375</b>	<b>93.291</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Águas de Matão S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	15	45.126	41.812
Custos dos serviços prestados	16	<u>(32.855)</u>	<u>(29.984)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>12.271</u>	<u>11.828</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	17	(6.524)	(5.597)
Outras receitas operacionais		<u>1.412</u>	<u>18</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<u>7.159</u>	<u>6.249</u>
Receitas financeiras	18	19.453	10.013
Despesas financeiras	18	<u>(24.221)</u>	<u>(14.482)</u>
<b>Resultado financeiro</b>		<u>(4.768)</u>	<u>(4.469)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>2.391</u>	<u>1.780</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(1.800)</u>	<u>388</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>591</u></u>	<u><u>2.168</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Águas de Matão S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>Nota</b>	<u>591</u>	<u>2.168</u>
Outros resultados abrangentes:			
Valor justo de derivativos	20	185	2.482
IR/CS sobre valor justo de derivativos	20	<u>(63)</u>	<u>(844)</u>
<b>Resultado abrangente total</b>		<u><u>713</u></u>	<u><u>3.806</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Águas de Matão S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajuste avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>		<u>37.433</u>	<u>(2.209)</u>	<u>(12.467)</u>	<u>22.757</u>
Valor justo de derivativos		-	1.638	-	1.638
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.168</u>	<u>2.168</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<u>37.433</u>	<u>(571)</u>	<u>(10.299)</u>	<u>26.563</u>
Valor justo de derivativos	20	-	122	-	122
Ajuste adoção inicial CPC 48 - PECLD		-	-	275	275
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>591</u>	<u>591</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<u><u>37.433</u></u>	<u><u>(449)</u></u>	<u><u>(9.433)</u></u>	<u><u>27.551</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



# Águas de Matão S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes dos impostos	19	2.391	1.780
Ajustes para:			
Amortização	8, 16 e 17	2.495	2.156
Juros sobre empréstimos e debêntures	11 e 18	3.122	3.223
Amortização do custo de captação	11	150	153
Variação cambial	11 e 18	7.521	778
(Ganho) Perda com instrumentos financeiros derivativos	18	(6.067)	3.163
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 18	(901)	(2.451)
Provisão ajuste a valor presente de clientes	6 e 18	333	254
Provisão (Reversão) para contingências	13 e 17	131	(62)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	6 e 17	868	(620)
Baixa de títulos do contas a receber		(380)	339
Provisão para bônus		-	554
		<u>9.663</u>	<u>9.267</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) / Diminuição dos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		(3.987)	(2.907)
Impostos a recuperar		13	205
Depósitos judiciais		22	31
Outros créditos		(77)	98
<b>Aumento / (Diminuição) dos passivos</b>			
Fornecedores e empreiteiros		571	335
Obrigações trabalhistas e sociais		172	141
Obrigações fiscais		(4)	(14)
Pagamentos de contingências	13	(97)	(120)
Outras contas a pagar		192	(77)
Juros pagos	11	(6.909)	(2.166)
Imposto de renda e contribuição social pagos	19	<u>(2.952)</u>	<u>(168)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<u>(3.393)</u>	<u>4.625</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras		20.490	(766)
Juros recebidos	5	2.207	1.578
Aquisição de ativo da concessão	7	(7.279)	-
Aquisição de intangível	8	-	(5.376)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento</b>		<u>15.418</u>	<u>(4.564)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Empréstimos e debêntures pagas	11	(13.111)	(2.456)
Instrumentos financeiros derivativos pagos		(603)	(3.556)
Contas correntes líquida partes relacionadas		<u>1.362</u>	<u>5.500</u>
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>		<u>(12.352)</u>	<u>(512)</u>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(327)</u>	<u>(451)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		606	1.057
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	<u>279</u>	<u>606</u>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(327)</u>	<u>(451)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Águas de Matão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, na qualidade de sociedade de propósito específico com sede na cidade de Matão, São Paulo, constituída em 18 de outubro de 2013. Em 14 de fevereiro de 2014 iniciou suas operações de acordo com o Termo de Ordem de Início e Contrato de Concessão - Concorrência nº 002/2013 - Processo Licitatório nº 77/2013 firmado com a Prefeitura Municipal de Matão - SP, concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 002/2013.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável, bem como de coleta, transporte, afastamento, interceptação, tratamento e destinação final de esgotos sanitários no âmbito do município de Matão/SP e seus distritos, excetuando os serviços prestados pela Companhia Matonense de Saneamento, CMS, sob o regime de concessão, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 75.016. Em 31 de dezembro de 2014, todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto estavam atendidos. A Companhia deve reduzir os índices de perdas em 2019 para 38%, 2024 para 30%, 25% de 2029 até o final da concessão.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2019.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 8 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 13 - reconhecimento e mensuração de provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 15 - reconhecimento de receita; e
- Nota explicativa nº 19 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

**d. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo.

**3 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário (nota explicativa nº 2).

**a. Receita de contrato com cliente**

As alterações introduzidas pelo CPC 47 impactaram a Companhia na forma de se classificar seus ativos, já que os mesmos estão sob alcance do ICPC 01. Dentre as alterações destaca-se o tratamento de todos os ativos no período de construção e que ainda não estão em serviço, para Ativos contratuais, sendo reclassificados para a rubrica de "Ativos da concessão".

Após esta análise a Companhia concluiu que houve impacto na classificação do Intangível - Em andamento sob o escopo do ICPC 01 (R1):

	Nota	Saldo em 31/12/2017	Ajustes adoção inicial (CPC 47)	Saldo em 1º de janeiro de 2018
<b>Total do ativo circulante</b>		30.422	-	30.422
Ativo da concessão	7	-	961	961
Intangível	8	56.718	(961)	55.757
Outras contas do ativo não circulante		6.151	-	6.151
<b>Total do ativo não circulante</b>		62.869	-	62.869
<b>Total do ativo</b>		93.291	-	93.291

	Nota	Saldo em 31/12/2017	Ajustes adoção inicial (CPC 47)	Saldo em 1º de janeiro de 2018
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		4.625	-	4.625
Aquisição de ativo da concessão	7	-	(5.376)	(5.376)
Aquisição de intangível	8	(5.376)	5.376	-
Outras variações de atividades de investimentos		812	-	812
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		(4.564)	-	(4.564)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		(512)	-	(512)
<b>Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa</b>		(451)	-	(451)

Veja também nota explicativa nº 7.

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes.

**(i) *Contratos de concessão de serviços***

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) ***Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto***  
A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) ***Outros serviços indiretos de água e esgoto***  
A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

## **b. Instrumentos financeiros**

(i) ***Reconhecimento e mensuração inicial***  
O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Prejuízos acumulados:	
Reconhecimento de perdas de crédito esperada conforme CPC 48 para ativos financeiros mensurados a custo amortizado	416
Impostos relacionados	(141)
Impacto nos prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2018	275

(ii) ***Classificação e mensuração subsequente***  
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo através do resultado).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes. Esta escolha é feita por investimento individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou tenha sido designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A tabela a seguir e notas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

	Nota	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	606	606
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	23.305	23.305
Contas a receber de clientes	(b)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	8.583	8.999
<b>Total de ativos financeiros</b>				<u>32.494</u>	<u>32.910</u>

- (a) O caixa e equivalentes que era classificado como empréstimos e recebíveis, de acordo com o CPC 38, agora é classificado ao custo amortizado.
- (b) O contas a receber de clientes que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 agora são classificados ao custo amortizado. Uma redução de R\$ 416 na provisão de *impairment* destes recebíveis foi reconhecida no saldo de abertura de prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.



(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

Todas designações de relacionamento de *hedge* de acordo com o CPC 38 existentes em 31 de dezembro de 2017 atendem aos critérios de *hedge* de acordo com o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018 e são, portanto, designadas como relações de *hedge* contínuas.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

**Hedges de fluxo de caixa**

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

**c. Capital social - Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

**d. Ativos intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, à qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada;

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “m”.

**e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

***Ativos financeiros não-derivativos***

***Instrumentos financeiros e ativos contratuais***

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado que estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

*Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

*Impacto do novo modelo de impairment*

Para ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48, as perdas por *impairment* devem aumentar e se tornar mais voláteis. A Companhia determinou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultaram em uma provisão adicional conforme segue abaixo:

<b>Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017 conforme CPC 38</b>	<b>(1.008)</b>
Impairment adicional reconhecido na adoção do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 em:	416
<b>Provisão para perdas em 1º de janeiro de 2018 conforme CPC 48</b>	<b>(592)</b>

*Contas a receber e ativos contratuais*

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais na adoção do CPC 48. A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito, status de inadimplência.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber em 1º de janeiro de 2018.

<b>Natureza</b>	<b>%</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Provisão para perda</b>
Privado	(17,63%)	4.175	(736)
Público	(24,64%)	276	(68)
Subtotal consumidores		4.451	(804)
Renegociações	6,27%	3.381	212
<b>Saldo total</b>		<b>7.832</b>	<b>(592)</b>

A metodologia descrita acima também foi utilizada na data destas demonstrações financeiras. As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o período estão descritas na nota explicativa 20.

**f. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**h. Provisão de manutenção - Contratos de concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2018 e 2017 com relação a este assunto.

**i. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**j. Benefícios a empregados**

**(i) Benefício de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde**

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas e feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

**k. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos e auferidos, ganhos com instrumentos financeiros derivativos e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e debêntures, despesas com comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas e perdas com instrumentos financeiros derivativos. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

**l. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**(ii) Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido tendo como base o prejuízo fiscal, a base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

**(iii) Exposições fiscais**

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

**m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura**

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, caso fosse aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

**n. Capitalização dos custos dos empréstimos e debêntures**

Os custos dos empréstimos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**o. Novas normas e interpretações**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

**CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil**

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia adotará o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o efeito da aplicação inicial do CPC 06 (R2) sobre as demonstrações e concluiu não haver impacto material.

**Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

**p. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.



## 4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa	-	2
Bancos conta movimento	279	604
	<u>279</u>	<u>606</u>

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

## 5 Aplicações financeiras

<b>Modalidade</b>	<b>Taxa de juros média a.a.</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
	%			
Aplicações pós-fixadas	100% do CDI	junho/2021	-	2.349
Fundo de Investimento Safira	93,98% a 98,92% do CDI	Indeterminado	1.245	20.956
			<u>1.245</u>	<u>23.305</u>

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo Banco *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo de investimentos multimercado de crédito privado, não exclusivo, devidamente registrado junto à CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa na atividade de investimento.

<b>Movimentação das aplicações financeiras:</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Saldo inicial</b>	23.305	22.087
Aplicação	10.518	17.290
(-) Resgate de principal	(31.008)	(16.524)
(-) Resgate de juros	(2.207)	(1.578)
(-) Incidência de IR	(264)	(421)
Juros no exercício	901	2.451
<b>Saldo final</b>	<u>1.245</u>	<u>23.305</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

## 6 Contas a receber de clientes

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Faturamento de serviços de água e esgoto	11.886	7.832
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	1.739	1.759
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(1.460)</u>	<u>(1.008)</u>
	<u>12.165</u>	<u>8.583</u>
Circulante	9.594	6.267
Não circulante	2.571	2.316

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2018						Total em 2018
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 721 dias	Total	
Residencial	2.036	1.882	204	-	38	2.124	4.160
Comercial	302	282	106	-	47	435	737
Industrial	223	106	26	-	-	132	355
Setor público	<u>239</u>	<u>1.576</u>	<u>1.399</u>	<u>14</u>	<u>20</u>	<u>3.009</u>	<u>3.248</u>
Subtotal consumidores	<u>2.800</u>	<u>3.846</u>	<u>1.735</u>	<u>14</u>	<u>105</u>	<u>5.700</u>	<u>8.500</u>
Renegociações (i)	<u>2.685</u>	<u>391</u>	<u>280</u>	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>701</u>	<u>3.386</u>
	<u>5.485</u>	<u>4.237</u>	<u>2.015</u>	<u>44</u>	<u>105</u>	<u>6.401</u>	<u>11.886</u>

Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2017						Total em 2017
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 721 dias	Total	
Residencial	1.190	1.804	-	-	38	1.842	3.032
Comercial	314	431	-	-	47	478	792
Industrial	137	181	15	18	-	214	351
Setor público	<u>208</u>	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48</u>	<u>68</u>	<u>276</u>
Subtotal consumidores	<u>1.849</u>	<u>2.436</u>	<u>15</u>	<u>18</u>	<u>133</u>	<u>2.602</u>	<u>4.451</u>
Renegociações (i)	<u>3.158</u>	<u>223</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>223</u>	<u>3.381</u>
	<u>5.007</u>	<u>2.659</u>	<u>15</u>	<u>18</u>	<u>133</u>	<u>2.825</u>	<u>7.832</u>

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2018 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 653 calculados individualmente para cada fatura, com base na taxa de 6,02% a.a. (R\$ 320 e 4,84% a.a. em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 333 provisão de ajuste a valor presente (R\$ 254 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la.

Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa após a adoção do CPC 48 tem a seguinte movimentação após 1º de janeiro de 2018:

Natureza	Resultado				Patrimônio líquido	
	Saldo em 2017	Adições	Reversões	Baixas	Ajuste na adoção inicial (ii)	Saldo em 2018
Privado (iii)	(712)	(1.511)	1.358	362	(24)	(527)
Público	(69)	(321)	2	-	-	(388)
Renegociações	(227)	(1.781)	353	670	440	(545)
	<u>(1.008)</u>	<u>(3.613)</u>	<u>1.713</u>	<u>1.032</u>	<u>416</u>	<u>(1.460)</u>

(ii) Ajuste do impacto na adoção PECLD conforme requerido pelo CPC 48 registrado na rubrica de reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.

(iii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

Durante o ano de 2018, o montante de R\$ 1.412 de títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação da Companhia por meio cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, com base nos termos supracitados, determinou que a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões, segregados entre as classes de usuários privados, públicos e renegociações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa antes da adoção do CPC 48 tem a seguinte movimentação antes de 1º de janeiro de 2018:

Natureza	Saldo em 2016		Reversões	Saldo em 2017
	(Adições)	(Adições)		
Correntes	(1.539)	(4.657)	5.415	(781)
Renegociações	(89)	(334)	196	(227)
	<u>(1.628)</u>	<u>(4.991)</u>	<u>5.611</u>	<u>(1.008)</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entendeu que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente e parcelado em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração também constituiu provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tratou os títulos a receber vencidos há mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores até R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos.

A partir de julho de 2017 a Companhia ampliou a utilização do benefício fiscal que permite reduzir os tributos incidentes sobre os lucros, especificamente IRPJ e CSLL, quando registrado e controlado, conforme as exigências da IN RFB 1700/2017, acrescentando aos critérios para definição de perda efetiva as faturas vencidas há mais de 365 dias, com valores de R\$ 5 até R\$ 30, inadimplidas até 07 de outubro de 2014 e com valores de R\$ 15 até R\$ 100, inadimplidas após 07 de outubro de 2014, ambos desde que tenham iniciado e mantido a cobrança administrativa. No caso de parcelamentos, passou a considerar o conceito de operação, e não por fatura individual.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram baixados títulos diretamente no resultado do exercício no montante de R\$ 339.

## 7 Ativo da concessão

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Ativo da concessão	3.973	-
	3.973	-

Referem-se ao direito contratual da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 8).

	2017		2018		Custo
	Ativo inicial (CPC 47)	Ajustes adoção	Adições (i)	Transferências (ii)	
Ativo da concessão	-	961	7.372	(4.360)	3.973
	-	961	7.372	(4.360)	3.973

- (i) Os juros sobre empréstimos são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram capitalizados o montante de R\$ 79 e uma taxa média de 5,96% a.a. (R\$ 38 e uma taxa média de 6,14%, a.a em 31 de dezembro de 2017 considerados em “Intangível em andamento” conforme nota explicativa nº 8). Em 31 de dezembro de 2018 foi registrado em ativo da concessão a contingência referente a ação de servidão administrativa/desapropriação no valor total de R\$ 14.
- (ii) O saldo refere-se a classificações de ativo da concessão para ativo intangível a medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.



**b. Movimentação do custo**

Ativo	2017		2018	
	Custo	Ajustes adoção inicial (CPC 47)	Transferências - nota explicativa 8 (ii)	Custo
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>				
Outorga / Contrato de concessão	23.823	-	-	23.823
Instalações técnicas de saneamento	16.880	-	2.354	19.234
Edificações de estações de tratamento	13.742	-	1.652	15.394
Máquinas e equipamentos	2.992	-	8	3.000
Outros componentes	4.571	-	335	4.906
	<b>62.008</b>	<b>-</b>	<b>4.349</b>	<b>66.357</b>
<b>Intangível em andamento</b>				
Intangível em andamento	961	(961)	-	-
	<b>961</b>	<b>(961)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Software</b>				
Licença de uso de <i>software</i>	117	-	11	128
	<b>117</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>128</b>
	<b>63.086</b>	<b>(961)</b>	<b>4.360</b>	<b>66.485</b>

  

Ativo	2016		2017	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>				
Outorga / Contrato de concessão	23.823	-	-	23.823
Instalações técnicas de saneamento	12.823	-	4.057	16.880
Edificações de estações de tratamento	12.995	-	747	13.742
Máquinas e equipamentos	2.969	-	23	2.992
Outros componentes	4.227	187	157	4.571
	<b>56.837</b>	<b>187</b>	<b>4.984</b>	<b>62.008</b>
<b>Intangível em andamento</b>				
Intangível em andamento (i)	531	5.414	(4.984)	961
	<b>531</b>	<b>5.414</b>	<b>(4.984)</b>	<b>961</b>
<b>Software</b>				
Licença de uso de <i>software</i>	117	-	-	117
	<b>117</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117</b>
	<b>57.485</b>	<b>5.601</b>	<b>-</b>	<b>63.086</b>

**c. Movimentação da amortização**

Ativo	2017	2018	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>			
Outorga / Contrato de concessão	(3.176)	(840)	(4.016)
Instalações técnicas de saneamento	(1.189)	(653)	(1.842)
Edificações de estações de tratamento	(1.206)	(410)	(1.616)
Máquinas e equipamentos	(363)	(123)	(486)
Outros componentes	(358)	(445)	(803)
	<b>(6.292)</b>	<b>(2.471)</b>	<b>(8.763)</b>
<b>Software</b>			
Licença de uso de <i>software</i>	(76)	(24)	(100)
	<b>(76)</b>	<b>(24)</b>	<b>(100)</b>
	<b>(6.368)</b>	<b>(2.495)</b>	<b>(8.863)</b>
Ativo	2016	2017	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>			
Outorga / Contrato de concessão	(2.382)	(794)	(3.176)
Instalações técnicas de saneamento	(563)	(626)	(1.189)
Edificações de estações de tratamento	(748)	(458)	(1.206)
Máquinas e equipamentos	(241)	(122)	(363)
Outros componentes	(224)	(134)	(358)
	<b>(4.158)</b>	<b>(2.134)</b>	<b>(6.292)</b>
<b>Software</b>			
Licença de uso de <i>software</i>	(54)	(22)	(76)
	<b>(54)</b>	<b>(22)</b>	<b>(76)</b>
	<b>(4.212)</b>	<b>(2.156)</b>	<b>(6.368)</b>

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2018.

Em dezembro de 2018, a Companhia revisou a vida útil dos bens que resultou na alteração da estimativa da vida útil remanescente de certos ativos. Os efeitos prospectivos estimados dessas alterações no resultado de amortização não terão impactos materiais.

## 9 Transações com partes relacionadas

### Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração do pessoal chave da Administração, que contempla a Diretoria, totalizou R\$ 1.333 (R\$ 1.248 em 31 de dezembro de 2017) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, a remuneração global anual dos administradores foi determinada em até R\$ 1.350 rateada em comum acordo.

A Companhia não possui outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

### Controladora

A controladora da Companhia é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

### Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2018	2017
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Outros créditos</b>		
Águas do Mirante S.A. (a)	122	47
	<u>122</u>	<u>47</u>
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Aquisições de ativo intangível no exercício</b>		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	1.076	855
	<u>1.076</u>	<u>855</u>
	<u>1.198</u>	<u>902</u>
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)</b>		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	119	184
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	158	142
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	31	13
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	118	53
	<u>426</u>	<u>392</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
<b>Contas correntes a pagar partes relacionadas</b>		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (c)	8.550	7.188
	<u>8.550</u>	<u>7.188</u>



	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Debêntures privadas (nota explicativa nº 11)</b>		
Aegee Saneamento e Participações S.A. (d)	-	11.146
	-	11.146
	8.976	18.726
 <b>Resultado do exercício</b>		
<b>Custos dos serviços prestados</b>		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	593	419
	593	419
 <b>Despesas de vendas, administrativas e gerais</b>		
Aegee Saneamento e Participações S.A. (b)	1.806	1.883
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	369	157
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	86	147
	2.261	2.187
	2.854	2.606

- (a) Refere-se a contratação de serviços associados à obras de ampliação de rede de distribuição de água e rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegee Engenharia e Comércio Ltda., serviços de implementação e manutenção software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda., serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e as demais empresas a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) A natureza dos valores resume-se ao repasse de gastos com prestação de serviços de contabilidade; fiscal/auditoria fiscal; financeiro; recursos humanos; jurídico; auditoria interna; planejamento controle e gestão; e tecnologia da informação, prestados pelo centro de serviços compartilhados ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Barbara D'Oeste, no Estado de São Paulo.
- (c) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.
- (d) Os saldos mantidos no passivo não circulante referem-se a emissão de debêntures privadas emitidas pela Companhia com prazo de vencimento em agosto de 2027. Em agosto de 2018 a Companhia liquidou o contrato antecipadamente conforme nota explicativa nº 11.

## 10 Fornecedores e empreiteiros

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fornecedores de materiais e serviços	2.669	2.132
Fornecedores partes relacionadas (veja nota explicativa nº 9)	426	392
	3.095	2.524

## 11 Empréstimos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	2018	2017
Debêntures privadas	CDI + 1,65% a.a.	agosto/2027	7.500	7.500	-	11.146
Loan	Libor + 3,25% a.a.	dezembro/2026	45.836	45.836	44.611	42.613
					<u>44.611</u>	<u>53.759</u>
Circulante					5.685	4.930
Não circulante					38.926	48.829

### Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	2018
2020	5.710
2021	5.710
2022	5.710
2023	5.710
2024 em diante	17.132
	<u>39.972</u>

	2018
Custo de captação (não circulante)	(1.046)
<b>Total</b>	<u>38.926</u>

Movimentação das dívidas	2018	2017
<b>Saldo inicial</b>	53.759	54.189
(-) Pagamentos do principal	(13.111)	(2.456)
(-) Pagamentos de juros	(6.909)	(2.166)
Provisão de juros	3.122	3.223
Juros capitalizados no intangível	79	38
Variação cambial	7.521	778
Amortização de custo de captação do exercício	150	153
<b>Saldo final</b>	<u>44.611</u>	<u>53.759</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não incorreu em custos de captação. O saldo de custo de captação em 31 de dezembro de 2018 totaliza o montante R\$ 1.196 (R\$ 1.346 em 31 de dezembro de 2017) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em outubro de 2014, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa, sem a emissão de certificados, com valor unitário de um real cada, e será realizada em até 6 séries, com valor nominal total de R\$ 7.500, tendo o prazo de vencimento em 03 de agosto de 2027. Em agosto de 2018, a Companhia liquidou este contrato antecipadamente.

Em dezembro de 2014, a Companhia contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO)* no valor de US\$ 14.000, com vencimento em dezembro de 2026. Em julho de 2016, ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 45.836 (taxa R\$ 3,274). A amortização é semestral e se dá em 19 parcelas iguais a partir de dezembro de 2017. A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, entre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A (“Aegea”); (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis da Companhia; (iii) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela Aegea; e (iv) 16 notas promissórias correspondentes à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia registrou R\$ 1.233 de eventos temporais de marcação a mercado de seus derivativos.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a Companhia contratou junto ao Banco Santander instrumento derivativo de *Cross Currency Swap*, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

A Companhia mantém em seus empréstimos e debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas qualitativas e quantitativas referentes aos empréstimos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018.

## 12 Obrigações trabalhistas e sociais

	2018	2017
Salários e ordenados	10	10
Participação nos lucros	817	658
Provisão de férias	183	180
Encargos sociais	173	163
	<u>1.183</u>	<u>1.011</u>

## 13 Depósitos judiciais e provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e trabalhistas e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como se segue:

Natureza	Contingências		Depósitos judiciais	
	2018	2017	2018	2017
Cíveis	301	239	119	145
Trabalhistas	19	33	4	-
	<u>320</u>	<u>272</u>	<u>123</u>	<u>145</u>

#### Movimentação da provisão para contingências

	2017	Adições	Baixas	Pagamentos	Indenizações para desapropriação	
					(i)	2018
Cíveis	239	177	(53)	(76)	14	301
Trabalhistas	<u>33</u>	<u>93</u>	<u>(86)</u>	<u>(21)</u>	-	<u>19</u>
	<u>272</u>	<u>270</u>	<u>(139)</u>	<u>(97)</u>	<u>14</u>	<u>320</u>

	2016	Adições	Baixas	Pagamentos	Indenizações para desapropriação	
					(i)	2017
Cíveis	229	221	(286)	(112)	187	239
Trabalhistas	<u>38</u>	<u>15</u>	<u>(12)</u>	<u>(8)</u>	-	<u>33</u>
	<u>267</u>	<u>236</u>	<u>(298)</u>	<u>(120)</u>	<u>187</u>	<u>272</u>

(i) Item "i" da nota explicativa nº 7

#### a. Processos cíveis

Os processos cíveis correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes acerca de cortes indevidos, retorno de esgoto, em 31 de dezembro de 2018, totalizam R\$ 261 (R\$ 273 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

#### b. Processos trabalhistas

A Companhia possui processos que correspondem a reclamações trabalhistas referente à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, em 31 de dezembro de 2018 totalizam R\$ 262 (R\$ 367 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

## 14 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social integralizado é de R\$ 37.433 (R\$ 37.433 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 37.432.671 ações ordinárias (37.432.671 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2017), nominativas e sem valor nominal, assim representadas:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	-	0,01%
Aegea Desenvolvimento S.A.	<u>0,01%</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

Em 30 de novembro de 2018 a Companhia Aegea Engenharia e Comercio Ltda. declara que transfere 1 ação ordinária por título gratuito a Aegea Desenvolvimento S.A.

### b. Ajuste de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes: Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos, bem como os respectivos efeitos tributários.

### c. Prejuízos acumulados

É constituído por prejuízos acumulados de exercícios anteriores e será compensado pelos lucros futuros.

## 15 Receita operacional líquida

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receita de prestação de serviços</b>		
Serviços de abastecimento de água	18.998	18.476
Outros serviços indiretos de água	1.061	1.083
Serviços de esgoto	21.816	20.928
Outros serviços indiretos de esgoto	11	17
Receitas de construção	<u>7.372</u>	<u>5.414</u>
<b>Total receita bruta</b>	<u><u>49.258</u></u>	<u><u>45.918</u></u>
<b>Deduções da receita bruta</b>		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(284)	(396)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(3.848)</u>	<u>(3.710)</u>
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<u><u>45.126</u></u>	<u><u>41.812</u></u>

## 16 Custos dos serviços prestados por natureza

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Pessoal	(1.322)	(1.339)
Conservação e manutenção	(549)	(401)
Serviços de terceiros	(936)	(833)
Materiais, equipamentos e veículos	(356)	(334)
Amortização	(2.395)	(2.056)
Créditos de PIS e COFINS	131	443
Custo da concessão	(329)	(484)
Custo de serviço de tratamento de esgoto	(14.013)	(14.419)
Custo de construção	(7.372)	(5.414)
Energia elétrica	(4.415)	(4.056)
Produtos químicos	(134)	(140)
Locação	(825)	(641)
Outros	(340)	(310)
	<u>(32.855)</u>	<u>(29.984)</u>

## 17 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Pessoal	(419)	(1.870)
Conservação e manutenção	(119)	(81)
Serviços de terceiros	(2.492)	(2.537)
Materiais, equipamentos e veículos	(141)	(170)
Amortização	(100)	(100)
Créditos PIS e COFINS	2	-
Energia elétrica	(31)	(29)
Provisão (Reversão) para crédito de liquidação duvidosa	(868)	620
Baixa de títulos do contas a receber	(1.032)	(339)
Seguros	(16)	(17)
Viagens e estadias	(45)	(29)
Reversão (Provisão) para contingências	(131)	62
Impostos, taxas e contribuições	(40)	(59)
Locação	(211)	(266)
Publicidade e propaganda	(626)	(560)
Outras	(255)	(222)
	<u>(6.524)</u>	<u>(5.597)</u>

## 18 Resultado financeiro

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	901	2.451
Juros e multa recebidos ou auferidos	1.074	981
Variações cambiais ativas	10.413	5.760
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 20)	7.060	389
Outras receitas financeiras	5	432
<b>Receitas financeiras</b>	<u>19.453</u>	<u>10.013</u>
<b>Despesas</b>		

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Encargos e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(3.122)	(3.223)
Juros sobre atraso em pagamentos	(6)	(36)
Despesas e comissões bancárias	(508)	(370)
Provisão de ajuste a valor presente de clientes	(333)	(254)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa n° 20)	(993)	(3.552)
Variações cambiais passivas	(17.934)	(6.538)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(92)	(160)
Outras despesas financeiras	(1.233)	(349)
<b>Despesas financeiras</b>	<u>(24.221)</u>	<u>(14.482)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u><u>(4.768)</u></u>	<u><u>(4.469)</u></u>

## 19 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

### a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está apresentada como segue:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	2.391	1.780
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(813)	(605)
Despesas indedutíveis	(204)	(320)
Baixa de títulos do contas a receber	606	-
Inovação tecnológica	177	222
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social reconhecido no exercício referente a anos anteriores	-	1.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(1.626)	-
PAT e outros incentivos fiscais	37	11
Outras diferenças permanentes	23	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Corrente	(2.037)	(573)
Diferido	237	961
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(1.800)</u>	<u>388</u>
Alíquota efetiva	<u>75%</u>	<u>(22%)</u>

<b>Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Total do imposto de renda e contribuição social apurados	(2.037)	(573)
Saldo a pagar referente a anos anteriores	(68)	-
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	128	405
Antecipação de IRPJ e CSLL	(975)	-
Total do IRPJ/CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	<u>(2.952)</u>	<u>(168)</u>
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a saldo negativo IRPJ/CSLL e retenções na fonte	128	337
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	68
	<u>128</u>	<u>405</u>

- (i) Ativo fiscal diferido não reconhecido a medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

#### **b. Composição e movimentação dos impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<b>2017</b>	<b>Resultado</b>		<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2018</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	343	295		(141)	497
Provisão para participação nos lucros	224	54		-	278
Provisão para contingências	29	12	(i)	-	41
Ajuste a valor presente de clientes	109	113		-	222
Instrumento financeiro derivativo	294	-		(63)	231
Variação cambial	153	2.255	(ii)	-	2.408
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.185	(2.525)		-	660
Ativo fiscal diferido	<u>4.337</u>	<u>204</u>		<u>(204)</u>	<u>4.337</u>
Juros capitalizados no intangível	(189)	(18)	(iii)	-	(207)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(458)	51	(iv)	-	(407)
Passivo fiscal diferido	<u>(647)</u>	<u>33</u>		<u>-</u>	<u>(614)</u>
<b>Ativo fiscal diferido líquido</b>	<u>3.690</u>	<u>237</u>		<u>(204)</u>	<u>3.723</u>

- (i) O saldo está líquido do montante do imposto sobre as contingências pagas no valor de R\$ 33.
- (ii) O saldo está líquido do montante do imposto sobre a perda da variação cambial realizada no montante de R\$ 302.
- (iii) O saldo está líquido do montante do imposto da amortização sobre juros capitalizados no intangível no montante de R\$ 9.
- (iv) O saldo está líquido do montante do imposto sobre a amortização do custo de captação de empréstimos e debêntures no valor de R\$ 51.



**c. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos**

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação ao seguinte item:

Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	<u>2018</u> 2.976	<u>2017</u> 1.350
	<u>2.976</u>	<u>1.350</u>

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilizar tais benefícios.

## **20 Instrumentos financeiros**

### **Visão Geral**

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

### **Estrutura de gerenciamento de risco**

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 1.460, representando aproximadamente 10,72% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2017, esta provisão era de R\$ 1.008, representando aproximadamente 10,51% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	279	606
Aplicações financeiras	1.245	23.305
Contas a receber de clientes	12.165	8.583
Instrumentos financeiros derivativos	5.827	-
	19.516	32.494

### **Garantias**

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018						
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
<b>Passivos</b>							
Fornecedores e empreiteiros	3.095	3.095	3.095	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	44.611	57.642	8.400	8.071	7.740	7.393	26.038
Contas correntes a pagar partes relacionadas	8.550	8.550	-	-	-	-	8.550
Outras contas a pagar	869	869	315	554	-	-	-
<b>Total</b>	57.125	70.156	11.810	8.625	7.740	7.393	34.588

2017							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
<b>Passivos</b>							
Fornecedores e empreiteiros	2.524	2.524	2.524	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	53.759	89.421	7.037	6.680	6.593	6.394	62.717
Contas correntes a pagar partes relacionadas	7.188	7.188	-	-	-	-	7.188
Instrumentos financeiros derivativos	1.029	30.571	6.703	5.684	4.766	3.882	9.536
Outras contas a pagar	677	677	123	554	-	-	-
<b>Total</b>	<u>65.177</u>	<u>130.381</u>	<u>16.387</u>	<u>12.918</u>	<u>11.359</u>	<u>10.276</u>	<u>79.441</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

### **Risco de taxa de juros**

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e debêntures. As proteções para tais riscos estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	<b>Valor Contábil</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	1.245	23.305
Instrumentos financeiros derivativos	5.827	-
	<u>7.072</u>	<u>23.305</u>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos e debêntures	44.611	53.759
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.029
	<u>44.611</u>	<u>54.788</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2018	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>1- Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	1.245	Variação do CDI	6,40%	80	100	120	60	40
<b>2- Passivos financeiros</b>								
Loan	(44.611)	Variação do CDI	6,40%	(2.855)	(3.569)	(4.283)	(2.141)	(1.428)
1 + 2 - Exposição líquida	<u>(43.366)</u>			<u>(2.775)</u>	<u>(3.469)</u>	<u>(4.163)</u>	<u>(2.081)</u>	<u>(1.388)</u>

### Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo “*swap*”.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido aos acionistas baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Risco Cambial	Exposição	Unidade	Taxa de câmbio em 2018	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>1- Instrumentos derivativos</b>								
Empréstimos e financiamentos	(11.822)	USD	R\$ 3,8748	(7.521)	(9.401)	(11.282)	(5.641)	(3.761)
Swap - Ponta ativa (i)	11.789	USD	R\$ 3,8748	6.067	7.585	9.102	4.551	3.034
1 + 2 - Exposição líquida	<u>(33)</u>			<u>(1.454)</u>	<u>(1.816)</u>	<u>(2.180)</u>	<u>(1.090)</u>	<u>(727)</u>

(i) Essa exposição refere-se ao efeito no resultado e no patrimônio líquido da operação de *hedge*.

### Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

### Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2018
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	279	-	279
Aplicações financeiras	5	1.245	-	-	1.245
Contas a receber clientes	6	-	12.165	-	12.165
Instrumentos financeiros derivativos (ii)		5.827	-	-	5.827
<b>Total</b>		<u>7.072</u>	<u>12.444</u>	<u>-</u>	<u>19.516</u>
<b>Passivos</b>					
Empréstimos e debêntures	11	-	-	44.611	44.611
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	3.095	3.095
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	8.550	8.550
Outras contas a pagar		-	-	869	869
<b>Total</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57.125</u>	<u>57.125</u>

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2017
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	606	-	606
Aplicações financeiras	5	23.305	-	-	23.305
Contas a receber de clientes	6	-	8.583	-	8.583
<b>Total</b>		<b>23.305</b>	<b>9.189</b>	<b>-</b>	<b>32.494</b>
<b>Passivos</b>					
Empréstimos e debêntures	11	-	-	53.759	53.759
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	2.524	2.524
Instrumentos financeiros derivativos (ii)		1.029	-	-	1.029
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	7.188	7.188
Outras contas a pagar		-	-	677	677
<b>Total</b>		<b>1.029</b>	<b>-</b>	<b>64.148</b>	<b>65.177</b>

- (i) Mudança na classificação dos instrumentos financeiros conforme requerido pelo CPC 48 descrito na nota explicativa nº 3.
- (ii) Os instrumentos financeiros derivativos estão atrelados ao *hedge* de fluxo de caixa e por consequência os efeitos de valor justo são registrados temporariamente no patrimônio líquido.

### **Hedge Accounting**

#### **Instrumentos financeiros derivativos**

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano por CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	Ativo	
						2018	2017
<i>Swap</i>	USD 11.789	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dez/26	5.827	-
Circulante						742	-
Não circulante						5.085	-
Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	Passivo	
<i>Swap</i>	USD 13.263	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dez/26	-	1.029
Circulante						-	895
Não circulante						-	134

A Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, com base no CPC 38 a Companhia designou a operação apresentada abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado conforme demonstrado abaixo:

	<b>Patrimônio Líquido 2017</b>	<b>Variação</b>	<b>Patrimônio Líquido 2018</b>
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Riscos de moeda	(865)	185	(680)
IR/CS diferidos sobre perdas	294	(63)	231
Perdas líquidas reconhecidas em outros resultados abrangentes	(571)	122	(449)
	<b>Resultado 2017</b>		<b>Resultado 2018</b>
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Perdas reconhecidas no resultado do exercício (nota explicativa nº 18)	(3.163)		6.067

## Valor justo

### *Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos*

Abaixo está apresentada a análise de sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e IV correspondem a uma alteração de 25% nas taxas, e os cenários III e V correspondem a uma alteração de 50% nas taxas, conforme tabela a seguir:

### *Risco da taxa de juros sobre passivos financeiros derivativos*

Instrumento	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. 2018	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<i>Swap</i>	38.597	Variação do CDI	6,40%	2.470	3.088	3.705	1.853	1.235

### *Instrumentos financeiros “não derivativos”*

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é demonstrado abaixo:

	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Passivos</b>				
Debêntures	-	-	11.146	13.071
<i>Loan</i>	45.807	49.687	43.959	49.110
	<u>45.807</u>	<u>49.687</u>	<u>55.105</u>	<u>62.181</u>

Os valores justos de empréstimos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

### **Hierarquia de valor justo**

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### **Apuração do valor justo**

- **Nível 2** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo. A divulgação do valor justo dos empréstimos e das debêntures são classificadas no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

## **21 Compromissos vinculados a contratos de concessão**

A Companhia possui compromisso mensal referente à taxa de regulação que corresponde a 1% da arrecadação mensal .

## **22 Aspectos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais Leis e regulamentos em vigor.

\* \* \*

### **Contador**

Jackson Luis da Silva Santos  
Contador - CRC n° PR034233/O-7